

HABEAS CORPUS Nº 528.819 - RJ (2019/0249861-2)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : JORGE DA SILVA NETO - RJ094691
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : YURI MOURA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EMENTA

PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. 198 G DE COCAÍNA, DISTRIBUÍDOS EM 387 UNIDADES, E 70 G DE MACONHA, DISTRIBUÍDOS EM 47 UNIDADES. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ALEGAÇÃO DE INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. DOSIMETRIA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE.

Ordem denegada.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **Yuri Moura da Silva**, em que se aponta como autoridade coatora a Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

O paciente foi denunciado como incurso nos arts. 33 e 35, c/c o art. 40, IV, todos da Lei n. 11.343/2006, e art. 329, § 1º, do Código Penal, por trazer consigo, para fins de tráfico, 198 g de cocaína, distribuídos em 387 unidades, e 70 g de maconha, distribuídos em 47 unidades (fls. 39/41).

Na sentença (Processo n. 0025292-02.2016.8.19.0008), o paciente foi condenado, pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de Belford Roxo/RJ, à pena de 10 anos e 4 meses de reclusão, em regime fechado, e 1.749 dias-multa, por ter sido incurso nos delitos previstos nos arts. 33 e 35, c/c o art. 40, IV, todos da Lei n. 11.343/2006, e art. 329, § 1º, do Código Penal (fls. 50/57).

Em sede de apelação, a defesa apontou inépcia da denúncia, pelo crime de associação para o tráfico. Requereu, ainda, a absolvição do paciente, por insuficiência de provas; a desclassificação do delito de tráfico, para uso de drogas; o afastamento da causa

de aumento, prevista no art. 40, IV, da Lei de Drogas; o reconhecimento da menoridade e do privilégio; além do abrandamento do regime e a substituição da privativa de liberdade por restritiva de direitos.

A Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro deu parcial provimento ao recurso para reconhecer a atenuante de menoridade relativa (fls. 58/75).

No presente *writ*, a defesa alega ser genérica a denúncia relacionada ao crime de associação criminosa. Afirma que a inicial acusatória *não litisconsorciou ao menos dois sujeitos imputáveis, sendo ilegal à acusação eleger um só em crime subjetivamente plural* (fl. 37).

Parecer ministerial opinando pelo não conhecimento do *writ* (fls. 89/91).

É o relatório.

Verifica-se, na denúncia, que foram narrados os seguintes fatos (fls. 40/41):

[...]

No mesmo dia, hora e local do crime acima descrito, o denunciado, consciente e voluntariamente, portava, uma arma de fogo de uso restrito, qual seja, uma pistola, de calibre 9 mm, com numeração de série suprimida, devidamente municiada com cinco munições, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, consoante auto de apreensão de fl. 9.

Com o denunciado foi apreendida ainda a quantia de R\$ 40,00 (quarenta reais) em espécie, consoante auto de apreensão supracitado.

Considerando as circunstâncias da prisão, a natureza e a quantidade das substâncias entorpecentes, a forma de acondicionamento, a apreensão da arma de fogo, a confissão extrajudicial e demais elementos constantes dos autos, infere-se que o denunciado trazia consigo as drogas para fins de tráfico.

No mesmo dia e local, pouco antes de ser detido, o denunciado, consciente e voluntariamente e em perfeita comunhão de ações e desígnios criminosos com terceiras pessoas não identificadas nos autos, que lograram se evadir do local, opôs-se à execução de ato legal, qual seja, sua prisão em flagrante, mediante violência, contra os policiais militares Deiverson Wagner Figueiredo de Castro e George Mesquitela de Oliveira, funcionários públicos competentes para executar o ato.

A violência consistiu em o denunciado, juntamente com seus comparsas, efetuar diversos disparos com arma de fogo contra os policiais militares.

Em razão da resistência os comparsas do denunciado lograram fugir do local.

Por fim, restou apurado, ainda, que em momento anterior, não precisado nos autos, mas sendo certo que antes do dia 6 de dezembro de 2016, nos arredores do Bairro Parque São José, nesta Comarca, o denunciado, consciente e

voluntariamente associou-se com terceiras pessoas ainda não identificadas nos autos, sendo certo que uma delas alcunhada de "Negro Tcha", todas integrantes da facção autodenominada "comando vermelho", com a finalidade de praticar reiteradamente ou não, o tráfico ilícito de substâncias entorpecentes.

[...]

A alegação da defesa de ser inepta a denúncia por ausência de menção a fatos que comprovem uma eventual associação não prospera, visto que foi relacionado que a comunidade é dominada pela facção criminosa Comando Vermelho, além de o paciente ter sido preso na posse de 198 g de cocaína, distribuídos em 387 unidades, e 70 g de maconha, distribuídos em 47 unidades, e, ainda, uma pistola *Luger* .9mm, acompanhada de um carregador com capacidade para dezenove cartuchos.

Ademais, não há como alterar, em sede de *habeas corpus*, o entendimento da instância ordinária a respeito do grau de comprometimento e função de responsabilidade, por parte do paciente, na organização criminosa. A denúncia fez constar ainda sobre os disparos efetuados pelo acusado contra os policiais, o que demonstra a intenção de resguardar as atividades da organização criminosa, além de ter permitido que os demais empreendessem fuga.

Como verificado, o convencimento a respeito da organização criminosa se deu em razão da quantidade de substâncias entorpecentes, da pistola na posse do paciente, do local dominado por facção criminosa; da evidência sobre uma operação planejada, premeditada e deliberada; dos tiros efetuados pelo paciente; e da fuga dos comparsas, sendo que tais questões não podem ser reexaminadas por esta Corte Superior.

Quanto à dosimetria, não há ilegalidade nos autos. As penas-base foram fixadas no piso mínimo para ambos os crimes de tráfico e de associação para o tráfico. Quanto ao pleito de reconhecimento da atenuante de menoridade, apesar de contar com menos de 21 anos à época dos fatos, não foi possível a redução da pena aquém do mínimo, o que está correto nos termos da Súmula 231/STJ.

Em relação à causa de aumento da pena – art. 40, IV, da Lei n. 11.343/2006 –, verifica-se que a elevação da pena foi de 1/6, mostrando-se, portanto, razoável e adequada aos fatos narrados. Também não prospera o pleito de reconhecimento do privilégio – art. 33,

Superior Tribunal de Justiça

§ 4º, da Lei n. 11.343/2006 –, uma vez que o paciente também foi condenado pelo art. 35 da Lei Antidrogas, de forma que se mostra inviável a sua aplicação.

Em razão do *quantum* da pena fixado, não há falar também em abrandamento do regime de cumprimento da pena nem substituição da privativa por restritiva de direitos.

Ante o exposto, **denego** a ordem.

Publique-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator